

DEMAGOGIA POLÍTICA



Mário Amato



Abram Szajman



Afif Domingos

Empresários criticam a ajuda aos Estados. Mas aprovam as outras medidas.

Os empresários da indústria e comércio demonstraram ontem uma boa dose de otimismo em relação a uma parte do novo pacote econômico divulgado anteontem pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Eles gostaram, principalmente, da redução dos juros e correção monetária parcial para agricultores, além das novas linhas de crédito para as micro e pequenas empresas. "Reivindicações importantes da livre iniciativa", lembraram os presidentes da Fiesp e Federação do Comércio, Mário Amato e Abram Szajman, respectivamente. Contudo, poucos gostaram das novas linhas de crédito para aliviar o caixa dos Estados e municípios, por se aproximarem da "demagogia política". E, citando, "princípios filosóficos", nenhum empresário aprovou o tabelamento dos *spreads*.

Mais que isso, tanto Amato como Szajman não acreditam na sua eficácia. "Postulamos o livre mercado", disse Amato. "E por filosofia somos contra qualquer tipo de tabelamento", acrescentou Szajman. Para Amato "é preciso deixar o mercado fluir, porque se essa estratégia não for bem regulamentada não vai dar o resultado desejado. No meu entender essa queda poderá ser insignificante". Szajman, porém, diz que "na verdade, o governo tem mecanismos fiscalizadores, através do Banco Central, capaz de coibir os abusos nos *spreads*".

— Mesmo porque — salientou o presidente da Federação do Comércio — os poucos resultados obtidos com o tabelamento podem ser dragados pela reciprocidade bancária. Por exemplo, um banco que captar dinheiro a 18% e aplicar um *spread* de 4%, estará cobrando 22%. Mas se o banco exigir que o dinheiro fique apenas dois dias parado na conta do cliente, o patamar já terá subido para 38,2% (para prazo de 60 dias). E não há jeito possível de controlar isso — concluiu o presidente da Fedekon.

Szajman também não acredita numa queda dos juros a partir daí. Para ele, como para Amato e para Ruy Altenfelder — presidente da Comissão para Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria e da diretoria da Fiesp —, uma queda real dos juros ocorrerá apenas com a definição de uma política econômica de longo prazo, com uma política de desenvolvimento, com

redução da participação do Estado na economia e, sobretudo, com uma redução acentuada do déficit público.

O próprio Conselho Superior de Economia, da Fiesp, reunido na sede da entidade, ontem pela manhã, havia ratificado essas teses. Contando com a participação das mais importantes lideranças empresariais paulista (Cláudio Bardella, Abílio Diniz, Flávio Telles Menezes, José Roberto Mendonça de Barros, Olavo Setubal, Paulo Cunha, Boris Tabacoff e Walter Sacca, além do próprio Amato) o CSE chegou à conclusão de que "o tabelamento não funciona", segundo Walter Sacca, diretor do Decon (Departamento de Economia) e vice-presidente do CSE. Ao contrário, Sacca entende que o tabelamento representa nova interferência da área política junto aos poder executivo. essa visão se estende às novas linhas de auxílio aos Estados e municípios.

Outros empresários chegaram a dizer que essa ajuda aos Estados e municípios cheira a "demagogia política". Em todo caso, o presidente Amato reconhece a iniciativa como necessária, mas acha que ela deveria ser complementada com uma "melhor administração" para que esse esforço não caia no vazio.

Também é consenso dentro e fora do CSE que, para baixar os juros, o governo terá que aliviar a pressão que exerce sobre o sistema financeiro como um todo. Isso está ligado ao tamanho do déficit que, para os empresários, terá que encolher rapidamente. Mas o CSE observa: se os recursos enviados aos Estados e municípios não estiverem enquadrados num plano que tenha por objetivo equilibrar receita-despesa, o efeito será exatamente o contrário. "Dessa forma não encontraremos solução de médio e longo prazo a não ser com maior eficiência da administração pública", disse Sacca.

Em todo caso, o CSE, numa análise mais ampla, acha que a economia está, aos poucos, se ajustando às leis de mercado. "Essa tendência está permitindo o retorno de novos investimentos", observou Walter Sacca. Ele acha que serão precisos mais dois ou três meses para "firmar" essa tendência. Da mesma maneira, tanto o Conselho, como Abran Szajman acham que as últimas medidas adotadas pelo governo, afastam mais

um pouco a ameaça da recessão. E o apoio à agricultura e às pequenas e médias empresas foi bem-vindo e muito elogiado.

O presidente do Ceag (Centro de Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa), Roberto Della Manna, resumiu esse otimismo. Disse que a iniciativa do governo em atender mais esse apelo da iniciativa privada abre um diálogo importante entre o governo e a livre iniciativa. Especialmente, "nesse setor menos protegido, que acreditou e arriscou por confiança no Plano Cruzado". Apesar disso, Della Manna acha que os maiores beneficiados com essas novas linhas de crédito foram os micro e pequenos empresários. "Os médios acabaram ficando ligeiramente de fora", salientou Della Manna, explicando que a definição de "média" empresa ainda é muito restritiva. Della Manna também ressalta: os juros de 1,5%, mais a LBC (Letras do Banco Central), ainda são um pouco elevados.

Mesmo assim, o presidente do Ceag está otimista com a medida. "Ela atende nossas reivindicações e mostra boa vontade do governo", disse. Mais que isso: "Mostra uma preocupação profunda com o mercado interno e revela, na prática, uma forma de afastar a recessão e garantir o crescimento nacional", salientou Abran Szajman. Além disso, segundo Della Manna e Szajman, a partir de agora, os pequenos agricultores podem respirar um pouco mais aliviados.

Nem todos, porém, concordam com as medidas. O empresário e atual deputado federal Guilherme Afif Domingos, por exemplo, não gostou. Para ele, as medidas terão repercussão negativa para o próprio governo dentro de 90 dias, pois sua base de sustentação é a emissão de moeda. Acrescentou que ao invés de estourar o orçamento fiscal, as consequências se farão sentir sobre a Casa da Moeda, "e posteriormente sobre a estabilidade do governo". "Estamos intoxicados e o governo nos oferece um remédio para tratarmos a erupção de pele provocada pela intoxicação", disse ontem, ironicamente, o presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Empresários, Cláudio Rubens Pereira. Ele classificou o pacote como mais um "engodo".

Sérgio Leopoldo Rodrigues